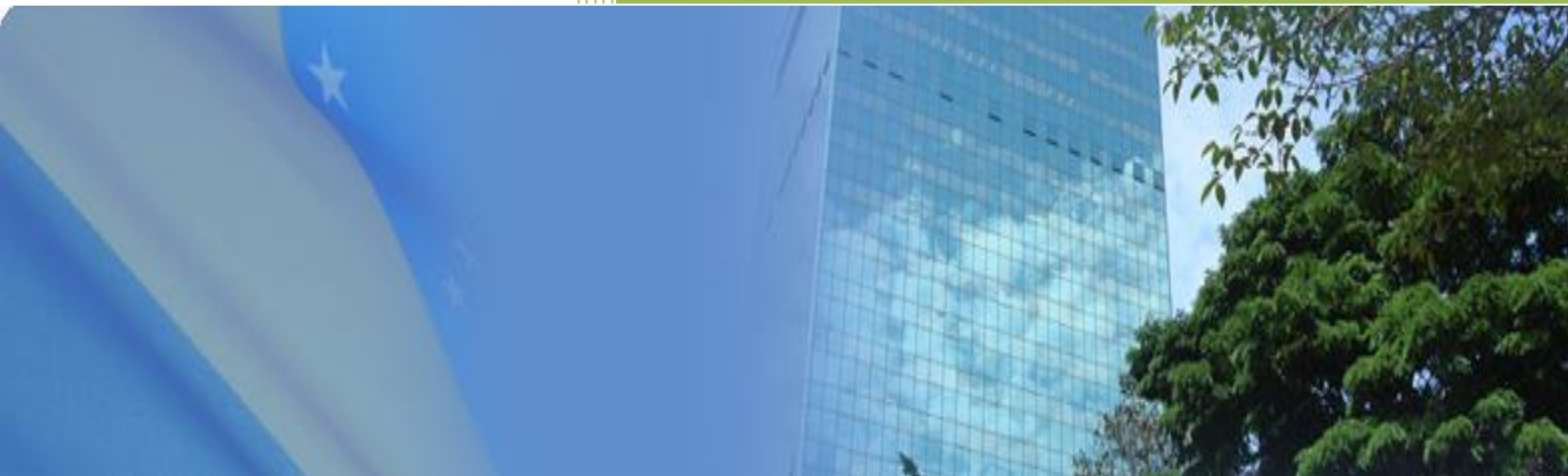


Relatório de Gerenciamento de Riscos



Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A

Trimestre findo em 31/12/2020

ÍNDICE

PÁGINA

1. OBJETIVO	3
2. INDICADORES PRUDENCIAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	3
KM1: INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE OS REQUERIMENTOS PRUDENCIAIS	3
OVA: VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS DA INSTITUIÇÃO	4
APETITE AOS RISCOS	4
PROGRAMA DE TESTE DE ESTRESSE E AVALIAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	5
OV1: VISÃO GERAL DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA)	5
3. RISCO DE LIQUIDEZ	6
LIQA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ	6
4. RISCO DE CRÉDITO	6
CRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO	6
CR1: QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES	7
CR2: MUDANÇAS NO ESTOQUE DE OPERAÇÕES EM CURSO ANORMAL	7
CRB: INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES	7
5. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE	8
CCRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (CCR)	8
6. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO	9
SECA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO	9
7. RISCO DE MERCADO	9
MRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO	9
MR1: ABORDAGEM PADRONIZADA - FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO RISCO DE MERCADO	9
IRRBB: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO IRRBB	10
IRBB1 – INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE O IRRBB	10
8. OUTROS RISCOS	11
RISCO OPERACIONAL	11
GERENCIAMENTO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS – GCN	12
RISCO SOCIOAMBIENTAL	12
RISCO REGULATÓRIO OU DE CONFORMIDADE	13

1. OBJETIVO

O presente documento apresenta as informações do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A (“SMBCB”) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Circular 3.930, com que diversas alterações no formato, escopo e periodicidade de divulgação das informações relacionadas à gestão de riscos e capital (Pilar 3), conforme os requisitos da Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A seguir são apresentadas as informações sobre os requerimentos prudenciais e sobre a gestão integrada de riscos da instituição.

2. INDICADORES PRUDENCIAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

KM1: INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE OS REQUERIMENTOS PRUDENCIAIS

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A possui disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios com níveis de Patrimônio de Referência (PR) mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, como demonstrado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia abaixo.

R\$ mil	a	b	c	d	e
	Dez-20	Set-20	Jun-20	Mar-20	Dez-19
Capital regulamentar - valores					
Capital Principal	1,835,710	1,823,364	1,803,523	1,775,990	1,765,220
Nível I	1,835,710	1,823,364	1,803,523	1,775,990	1,765,220
Patrimônio de Referência (PR)	1,835,710	1,823,364	1,803,523	1,775,990	1,765,220
Excesso de recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores					
RWA total	6,214,834	6,216,715	6,536,846	6,225,327	4,537,702
Capital regulamentar como proporção do RWA					
Índice de Capital Principal (ICP)	29.54%	29.33%	27.59%	28.53%	38.90%
Índice de Nível I (%)	29.54%	29.33%	27.59%	28.53%	38.90%
Índice de Basileia	29.54%	29.33%	27.59%	28.53%	38.90%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
Adicional de Capital Principal - ACP conservação (%)	1.2%	1.2%	1.2%	2.5%	2.5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP contracíclico (%)	2.5%	2.5%	2.5%	2.5%	2.5%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP sistêmico(%)	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
ACP Total (%)	3.70%	3.70%	3.75%	5.00%	5.00%
Margem excedente de Capital Principal (%)	19.8%	19.6%	17.8%	17.5%	27.9%
Razão de Alavancagem (RA)					
Exposição total	11,311,334	11,045,371	11,110,964	10,597,965	9,481,790
RA (%)	16.23%	16.51%	16.23%	16.76%	18.62%
Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	-	-	-	-	-
Total de saídas líquidas de caixa	-	-	-	-	-
LCR (%)	-	-	-	-	-
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)					
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	-	-	-	-	-
Recursos estáveis requeridos (RSF)	-	-	-	-	-
NSFR (%)	-	-	-	-	-

OVA: VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS DA INSTITUIÇÃO

O efetivo gerenciamento de risco é parte da cultura corporativa do SMBCB de forma a garantir o crescimento de longo prazo sustentável através de políticas, normas e procedimentos, estrutura de gerenciamento e monitoramento de indicadores.

Políticas, normas e procedimentos garantem que o SMBCB tenha uma estrutura de controle consistente com a natureza de suas operações, a complexidade de seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas, exposições e mitigação a seus riscos, permitindo sua gestão adequada. Além da divulgação de políticas, normas e procedimentos aprovados, são realizados treinamentos para funcionários e demais colaboradores de forma a estabelecer sua comunicação e entendimento

A estrutura de gerenciamento de riscos SMBCB utiliza o modelo de “Três Linhas de Defesa” que segrega a responsabilidade/gestão de risco das funções que fazem a supervisão independente de risco e das funções que garantem uma avaliação independente:

- Primeira Linha de defesa – Funções que são responsáveis pelo risco resultante de atividades de negócio e por sua gestão, através da identificação, avaliação, controle e reporte dos mesmos: áreas de negócio (Comerciais, Tesouraria) e áreas corporativas de suporte (Operações, Tecnologia);
- Segunda Linha de defesa – Funções que fazem a supervisão e controle independente e centralizado dos riscos, provendo visão geral ao Corpo Diretivo, de forma a apoiar tomadas de decisão de acordo com o apetite de risco institucional: áreas de Gestão de Riscos, “Compliance”, Segurança da Informação e Gestão de Continuidade de Negócios, Jurídico e Finanças;
- Terceira Linha de defesa – Auditoria interna, através de avaliação independente da adequação de controles e de cumprimento de normas internas e regulatórias.

APETITE AOS RISCOS

O apetite aos riscos define a tolerância aos riscos inerentes às atividades de negócios. O Banco formaliza os níveis de apetite aos riscos através da RAF (Risk Appetite Framework), que contempla tanto aspectos qualitativos e quantitativos da gestão de riscos, inclusive a RAS (Risk Appetite Statement), englobando indicadores de tolerância a riscos relacionados a Modelo de Negócio e Crescimento Sustentável (foco em receitas advindas de operações com clientes com ênfase na concessão de crédito), Solvência e Capital (suficiência para garantir continuidade de negócios em cenários desfavoráveis de perdas), Risco de Liquidez (horizonte de sobrevivência longo em cenário de estresse), Risco de Crédito e Contraparte (aderência a limites individuais, grupos e concentração), Risco de Mercado e IRRBB (limitação de perdas em cenários de movimentação de preços ou na estrutura a termo das taxas de juros), além de indicadores de acompanhamento e monitoramento de efetividade de processos e mitigadores referentes a Riscos Operacionais e Riscos de Compliance e Lavagem de Dinheiro.

Os indicadores são elaborados por equipe especialista, monitorados e reportados ao Corpo Diretivo, via relatórios divulgados ou apresentação em fóruns colegiados, conforme processo e frequência estabelecidos nas políticas, normas e procedimentos, de forma que limites definidos sejam respeitados, incluindo mitigadores (quando utilizados), em relatórios ou apresentações pertinentes divulgadas ao Corpo Diretivo, de forma a estabelecer sua efetividade.

Cabe ao Corpo Diretivo do SMBCB a responsabilidade por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital, inclusive a definição e revisão de indicadores de apetite de riscos (RAS) e limites de exposição, e planos de ação, quando necessários, com o apoio das áreas especialistas, do Comitê de Risco e do Diretor de Riscos.

PROGRAMA DE TESTE DE ESTRESSE E AVALIAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

Tanto os indicadores de Adequação de Capital quanto os impactos de Cenários de Estresse na Adequação de Capital em são apresentados, ao Corpo Diretivo, no Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) para discussão, avaliação e elaboração de planos de ação, caso sejam necessários

O Teste de estresse é utilizado para estimar o impacto de situações de estresse em indicadores de resultado e indicadores de capital e solvência, sendo utilizada a técnica de análise de sensibilidade nos riscos avaliados como materiais, com base em cenários históricos e prospectivos (como aprovado pelo Corpo Diretivo em política específica).

O resultado do teste de estresse realizado para data-base dezembro de 2020 demonstrou suficiência e adequação de capital para o SMBCB, em face aos riscos identificados como materiais.

OV1: VISÃO GERAL DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.193 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas: $RWA = RWACPAD + RWAMPAD + RWAOPAD$

- $RWACPAD$ = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;
- $RWAMPAD$ = parcela relativa às exposições ao risco de mercado, calculada segundo abordagem padronizada;
- $RWAOPAD$ = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

R\$ mil	RWA		Requerimento mínimo de PR
	Dez-20	Set-20	Dez-20
Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	5,453,441	5,322,900	436,275
Risco de crédito em sentido estrito	4,776,075	4,283,458	382,086
Risco de crédito de contraparte (CCR)	507,696	719,698	40,616
Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	-	-	-
Do qual: mediante uso da abordagem CEM	5,453,441	5,322,900	436,275
Do qual: mediante demais abordagens	-	-	-
Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	113,386	241,126	9,071
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	-	-	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	-	-	-
Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	-	-	-
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	56,284	78,617	4,503
Risco de mercado	425,001	557,423	34,000
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	425,001	557,423	34,000
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	-	-	-
Risco Operacional	336,392	336,392	26,911
Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)	6,214,834	6,216,715	497,187

3. RISCO DE LIQUIDEZ

LIQA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez está associado à possibilidade de o Banco não ter fundos para honrar seus compromissos conhecidos ou contingentes devido a descasamento entre pagamentos e recebimentos.

O Risco de Liquidez é monitorado por área independente das áreas de negócio, através de relatórios com métricas de descasamento de caixa, teste de estresse de Liquidez, período de sobrevivência (incluindo cenário de estresse), concentração de depósitos e indicador de liquidez de curto prazo, alertas e limites estabelecidos de acordo com o apetite de risco da instituição, pelo Corpo Diretivo.

A comunicação estruturada e governança do gerenciamento de risco de liquidez se dão no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), contemplando também relatórios periódicos enviados diretamente a área gestora e ao Corpo Diretivo.

O acionamento de estratégias de mitigação de risco de liquidez, inclusive o acionamento do Plano de Contingência de liquidez, se dá de acordo com a avaliação de nível de materialidade, estabelecido através da análise, pelo Corpo Diretivo, de alertas vinculados aos indicadores de Risco de Liquidez estabelecidos, com ações definidas conforme a criticidade e levando-se em consideração as fontes disponíveis de recursos de liquidez e respectivas características de mercado de atuação, na elaboração de plano de ação para recomposição dos indicadores de liquidez.

4. RISCO DE CRÉDITO

CRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.

Na estrutura organizacional do Banco, tanto a função de controle de Risco de Crédito quanto a função de condução do processo de concessão de crédito estão sob o Departamento de Gestão de Riscos, diretoria independente de áreas de negócios e auditoria.

O processo de concessão de crédito tem como bases principais a avaliação e classificação do risco do cliente ou grupo econômico considerando aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais e perspectivas de negócios da empresa), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos. A análise contempla também eventuais garantias, individualmente, para cada tipo de cliente, com base em políticas, normas e procedimentos aprovados, englobando todo o processo de concessão de crédito., conforme definido

Cabe a Diretoria de Riscos elaborar os relatórios de acompanhamento enviados às áreas de negócios e ao Corpo Diretivo, incluindo exposições, limites e eficácia de mitigadores (quando pertinente), organizar e elaborar apresentações para fórum colegiado de acompanhamento de Risco de Crédito e realizar as análises requeridas para aprovação e acompanhamento, de forma a manter a qualidade da carteira de crédito, em conformidade com os indicadores de apetite de risco de crédito da instituição e como estabelecido nas políticas, normas e procedimentos aprovados.

As tabelas abaixo contêm informações adicionais a respeito da qualidade creditícia das exposições.

CR1: QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES

R\$ mil	Dez 2020			
	Valor Bruto:		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido (a+b-c)
	Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal		
1 Concessão de crédito	-	3,571,955	10,879	3,561,076
2 Títulos de dívida	-	3,988,311	159	3,988,152
2a dos quais: títulos soberanos nacionais	-	3,823,969	159	3,823,810
2b dos quais: outros títulos	-	164,342	-	164,342
3 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	2,258,264	5,480	2,252,784
4 Total (1+2+3)		9,818,529	16,518	9,802,012

CR2: MUDANÇAS NO ESTOQUE DE OPERAÇÕES EM CURSO ANORMAL

R\$ mil	Dez-20 a Total
1 Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	-
2 Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	-
3 Valor das operações reclassificadas para curso normal	-
4 Valor da baixa contábil por prejuízo	-
5 Outros ajustes	-
6 Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)	-

CRB: INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES

As tabelas abaixo contêm informações adicionais a respeito da qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1. Nelas são informadas as aberturas por região geográfica e por setor econômico do total das exposições além do percentual das dez e das cem maiores exposições, não havendo, na data de referência, operações em atraso, em curso anormal ou exposições reestruturadas.

Exposições por setor econômico

R\$ mil	Dez-20
	Total
Público Diversos	3,823,969
Utilitários Elétricos	1,333,746
Bancos	1,156,563
Autopeças & Equipamentos	409,723
Produtos Agrícolas	403,210
Maquinaria Industrial	291,260
Distribuidoras	228,035
Ferrovias	213,346
Empresas Comerciais	212,273
Produtos de Papel	198,371
Cervejeiras	192,432
Outros(*)	1,355,601
Total	9,818,529

(*) Setores com concentração inferior a 3%

Exposições por prazo remanescente de vencimento

R\$ mil				Dez-20
6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
2,985,226	2,450,077	4,123,093	260,134	9,818,529

Exposições por região geográfica

R\$ mil	Dez-20
	Total
Centro-Oeste	228,035
Nordeste	757,178
Norte	117,802
Sudeste	4,438,989
Sul	270,230
Território Nacional	3,823,969
Total Brasil	9,636,204
México	26,226
Uruguai	156,099
Total	9,818,529

Percentual das maiores exposições

R\$ mil	Dez-20
	% da Carteira
10 Maiores Devedores	64.8%
100 Maiores Devedores	100.0%

5. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

CCRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (CCR)

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral com instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, e operações compromissadas.

A exposição equivalente é utilizada para controle de utilização de limites de crédito aprovados comunicados através de relatórios enviados às áreas de negócios pertinentes e ao Corpo Diretivo.

O SMBCB possui regras bem definidas para o cálculo da exposição financeira equivalente, como também da exposição potencial financeira equivalente, conforme o as características dos fatores de risco subjacentes a cada instrumento, que é utilizada no dimensionamento dos limites concedidos, considerando também eventuais mitigações como margem inicial, chamada de margem periódica, liquidação periódica ou outro instrumento aprovado.

O SMBCB não possui impacto em relação ao montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito.

6. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

SECA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

Na data de referência, o SMBCB não está exposto a ativos de securitização.

7. RISCO DE MERCADO

MRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes de flutuações adversas nos preços de mercado de posições detidas na posição da instituição, tais como variação nas taxas de câmbio ou variação nas taxas de juros.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente da Tesouraria (unidade de negócio) e responsável pela produção de relatórios de controle de limites estabelecidos, monitoramento de ações definidas quanto as posições e suporte a revisão e aprovação de produtos de forma a verificar aderência às políticas institucionais de risco.

Os limites utilizados para controle de Risco de Mercado são revisados anualmente. São utilizados limites para exposição em moeda estrangeira (FX), "Stop Loss" (métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor), e sensibilidade a alterações na estrutura a termo das taxas de juros (BPV).

Adicionalmente, são produzidos relatórios de Testes de Estresse e informes de capital regulatório (IRRBB – capital regulatório para taxa de juros na carteira Bancária, Capital Regulatório para carteira de Negociação), de acordo com os requerimentos do Banco Central do Brasil (Bacen).

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 4.557 e circular BACEN 3.354

Buscando o enquadramento das exposições nos limites definidos, o SMBCB realiza hedge de exposições na carteira de negociação, oriundas de operações com clientes, majoritariamente através da utilização de Derivativos.

MR1: ABORDAGEM PADRONIZADA - FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO RISCO DE MERCADO

R\$ mil	RWA _{MPAD}	
	Dez-20	Set-20
Taxas de juros	204,203	269,600
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	14,180	47,700
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	190,023	221,900
Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)		
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)		
Preços de ações (RWAACS)		
Taxas de câmbio (RWACAM)	220,799	287,823
Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)		
Total	425,001	557,423

A redução dos Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado, calculados por modelo padrão (RWAMPAD), se deu principalmente em função das menores exposições a taxas de câmbio de moeda estrangeira.

IRRBB: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO IRRBB

O risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco potencial de impacto de movimentos adversos das taxas de juros no resultado de intermediação financeira e na suficiência de capital, considerando os fluxos relevantes dos instrumentos classificados na carteira bancária. A carteira bancária do SMBCB é composta por operações ativas e passivas do segmento atacado, representadas por captações a prazo e operações de concessão de crédito, com prazo definido.

O controle risco de taxa de juros da carteira bancária é realizado por área independente da área de gestão de ativos e passivos da Tesouraria (unidade de negócio), responsável pela produção de relatórios de controle de limites e alertas estabelecidos, enviados à área de negócios e ao Corpo Diretivo, monitoramento de ações definidas quanto às posições e suporte à revisão e aprovação de produtos de forma a verificar aderência as políticas institucionais e ao apetite de risco, tendo governança subordinada ao Comitê de Ativos e Passivos (ALCO)

A estrutura de gerenciamento do IRRBB possui limites gerenciais de sensibilidade a alterações na estrutura a termo das taxas de juros (BPV) para os fatores de risco relevantes, de acompanhamento diário, via relatórios.

No Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) são acompanhados indicadores de apetite de risco de suficiência de capital (mensalmente) e impactos de cenários de estresse na suficiência de capital (trimestralmente), conforme métricas de variação de NII e variação de EVE, e conforme cenários definidos para instituições do segmento S3, estabelecidos na Circular BACEN nº 3.876, considerando: as margens comerciais, a ausência de operações sem prazo definido, a ausência de opcionalidades relevantes relacionadas ao IRRBB como pré-pagamento e premissas de tratamento de resgate antecipado de depósitos a prazo com base em comportamento histórico de clientes.

No IRRBB, são consideradas, também, as operações de hedge que buscam mitigar os riscos estruturais de descasamentos entre indexadores de passivos e indexadores de ativos, gerenciados utilizando derivativos negociados em bolsa, podendo o hedge ser classificado como hedge contábil, de acordo com os requisitos da Circular BACEN nº 3.082.

As variações máximas de NII EVE, abaixo, demonstram baixa materialidade em relação ao capital de Nível I, atendendo ao critério de teste de outlier inferior a 15% do capital de Nível I estabelecido na Circular BACEN 3.876.

IRBB1 – INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE O IRRBB
Informações quantitativas sobre o IRRBB

Valores em R\$ mil(*)

Data-base

Cenário paralelo de alta

Cenário paralelo de baixa

Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo

Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo

Cenário steepener

Cenário flattener

Variação máxima

Data-base
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)

ΔEVE		ΔNII	
Dez-20	Dez-19	Dez-20	Dez-19
-2,282	7,094	-1,359	8,245
3,370	(5,978)	1,222	(11,072)
3,370	7,094	1,222	8,245
Dez-20	Dez-19		
1,835,710	1,765,220		

(*) Conforme metodologias e regras estabelecidas na Circular 3.678

Em ambos os períodos, são observados valores de pouca materialidade, com redução devida a diminuição da exposição a taxa de juros pré-fixada em Reais.

8. OUTROS RISCOS

RISCO OPERACIONAL

Se trata do risco de perda resultante da inadequação ou falha em processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Isto abrange os seguintes riscos:

- Risco de Processamento: o risco de perda decorrente de negligências em conformidade com as políticas, regras e procedimentos em operações no processamento de transações
- Risco de Sistemas de Informação: o risco decorrente da não conformidade com as estratégias de negócio, na aplicação apropriada de tecnologias, mudanças no plano de desenvolvimento e atraso no desenvolvimento de sistemas de informação e o risco de perda devido à colapso incluindo aqueles causados por ciberataque, mau funcionamento, deficiência ou uso não autorizado (alteração não autorizada, destruição, duplicação e vazamento de informações);
- Risco Legal: riscos de indenização por danos decorrentes de inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo SMBCB, quebra de contrato, multa administrativa por infração às leis e regulamentos, bem como as sanções por descumprimento de dispositivos legais e indenizações por prejuízo a terceiros decorrentes das atividades do SMBCB;
- Risco de Recursos Humanos: o risco de perda decorrente de práticas inadequadas no ambiente de trabalho,
- Risco Reputacional: o risco de perda decorrente de percepção negativa por parte de clientes, reguladores
- Risco de Ativos Tangíveis: o risco de perda decorrente de danos em ativos tangíveis ou perda do ambiente operacional causada por desastres ou manutenção inadequada de ativos.

Os riscos operacionais e eventos de risco operacional são reportados a Corpo Diretivo do SMBCB, seguindo as regras, diretrizes e procedimentos estabelecidos nas políticas e nas regulamentações.

A identificação de riscos operacionais é inerente às atividades do Banco. Os riscos podem ser identificados através de atividades específicas como, por exemplo, revisão de processos, auto avaliação de riscos, estruturação ou revisão de produtos ou mesmo durante execução das atividades rotineiras das áreas,

Todos os colaboradores do SMBCB são responsáveis por comunicar os riscos operacionais potenciais ou materializados por eles identificados comunicando-os ao time de Risco Operacional de forma a formaliza-lo, considerando a sua natureza e impactos financeiros, seguindo assim as regras e procedimentos previstos na política interna até o seu encerramento.

A área de Risco Operacional:

- Coordena a comunicação de eventos ao Corpo Diretivo, de forma que possam ser endereçados: Evitar o risco, descontinuando a atividade;
- Mitiga o risco através de um plano de ação ou assume o risco, desde que alinhado ao apetite a risco do SMBCB (não é necessária nenhuma ação adicional nesse caso);
- Acompanha a aderência das contratações e renovações de contratos de prestadores de serviços às regras, diretrizes e procedimentos estabelecidos nas políticas e normas que tratam do tema;
- Monitora a evolução dos planos de ação.

As informações são apresentadas ao Corpo Diretivo em fórum específico, de forma a assegurar que as ações sejam implementadas dentro do prazo acordado ou que, quando aplicável, os prazos sejam renegociados e aprovados seguindo a governança vigente.

As regras, diretrizes e procedimentos adotados pelo SMBCB em relação ao gerenciamento de risco operacional são divulgados a todos os colaboradores do Banco através da disponibilização de sua política interna e reforçados através da realização de treinamentos sobre o tema.

GERENCIAMENTO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS – GCN

O SMBCB, de forma a estar preparado a minimizar os impactos financeiros, operacionais, legais e regulatórios ocasionados pela indisponibilidade de acesso físico e lógico, prover aos seus clientes os produtos e serviços essenciais, bem como prestar as informações requeridas pelos órgãos oficiais e representantes no exterior, tem estabelecido um Plano de Continuidade dos Negócios (PCN), com o objetivo de estabelecer e implantar meios/mecanismos para proteger a integridade física das pessoas e assegurar a continuidade dos negócios críticos do Banco, frente a eventos/incidentes que possam gerar interrupções/indisponibilidades, tais como, mas não limitados a: incêndio, explosões, ameaça de bombas, greves, distúrbios sociais, interrupção do fornecimento de energia elétrica e falhas nos sistemas críticos ou na infraestrutura de tecnologia e suporte do SMBCB.

Os Planos focam e priorizam as ações e procedimentos contra os principais riscos a que está exposto, com base na “Análise de Risco Físico e Lógico (ARFL)” e na “Análise de Impacto aos Negócios (BIA – Business Impact Analysis) ”.

O Processo de Gerenciamento dos Planos de Continuidade de Negócios consiste no acompanhamento de todas as atividades que envolvem a continuidade de negócios, desde a elaboração das Políticas, definição das metodologias, dos sistemas, até a avaliação da adequação dos Planos de Continuidade de Negócios da Instituição.

Os trabalhos de desenvolvimento, manutenção e melhorias dos PCNs são coordenados pelo Information Security and BCM Department e reportados à Diretoria.

RISCO SOCIOAMBIENTAL

O SMBCB reconhece que seu papel como financiador proporciona ao Banco oportunidades para promover uma administração ambiental e desenvolvimento socialmente responsáveis.

O SMBCB realiza a avaliação e o gerenciamento do risco socioambiental de acordo com as políticas internas do Banco, com as normas do Conselho Monetário Nacional e com a natureza do projeto e/ou operação na qual o SMBCB está envolvido, observando os princípios de relevância e proporcionalidade e fazendo os maiores esforços para garantir que considerações ambientais e sociais apropriadas sejam tomadas.

Tal estrutura de gerenciamento permite ao SMBCB identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da instituição. Além disso, permite a avaliação prévia de potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco reputacional.

A unidade de Risco Operacional acompanha a aderência das atividades e das operações do Banco às regras, diretrizes e procedimentos estabelecidos nas políticas e normas que tratam do tema. Acompanha também a adequação dos indicadores de risco socioambiental ao apetite de risco do Banco.

Os dados referentes às perdas efetivas originadas por danos ambientais e sociais são registrados e mantidos por um período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação.

As regras, diretrizes e procedimentos adotados pelo SMBCB em relação ao gerenciamento de risco socioambiental são divulgados a todos os colaboradores do Banco através da disponibilização de sua política interna e reforçados através da realização de treinamentos sobre o tema.

Eventos relacionados a risco socioambiental são comunicados à matriz e à diretoria através dos canais e fóruns apropriados, entre eles, o Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional e o Fórum de Acompanhamento de Risco de Crédito.

RISCO REGULATÓRIO OU DE CONFORMIDADE

Uma das funções primordiais da área de Compliance do SMBCB é auxiliar na gestão dos riscos de conformidade, que é o risco associado a sanções legais e regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação que o SMBCB possa sofrer em decorrência do não cumprimento de normas externas ou internas, compromissos com reguladores, códigos de autorregulação, padrões técnicos ou códigos de conduta relacionados às atividades do SMBCB. O risco de conformidade deve ser gerido de forma integrada com os demais riscos incorridos pelo SMBCB.

O Departamento de Compliance é independente das demais áreas operacionais e de negócios, bem como da Auditoria Interna, de forma a evitar conflito de interesses.

O risco regulatório ou de conformidade é gerenciado através de processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas do SMBCB e monitorar as ações voltadas para a aderência às exigências normativas, código de ética e demais diretrizes do Grupo Sumitomo Mitsui Banking Corporation.

Este processo estruturado inclui, mas não se limita, às seguintes ações: (i) interpretação e disseminação das alterações do ambiente regulatório; (ii) acompanhamento dos planos de ação para aderência regulatória bem como execução de testes de aderência regulatória; (iii) coordenação do relacionamento do SMBCB com os órgãos reguladores e autorreguladores, bem como acompanhamento das recomendações das respectivas inspeções até seu efetivo encerramento; (iv) participação em diversos comitês que incluem o Corpo Diretivo para tratar de questões relacionadas ao risco de conformidade.